Artigo 9º do Código de Processo Penal Comentado: Inquérito policial

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 22/04/2025



1. Introdução

O Código de Processo Penal (CPP) brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, é um marco fundamental na estruturação do sistema de justiça criminal no Brasil. Ele estabelece as regras e procedimentos que regulam a investigação, o processamento e o julgamento de infrações penais. Dentro desse conjunto normativo, o artigo 9º destaca-se por sua relevância ao tratar da documentação e formalização do inquérito policial.

O artigo 9º do CPP determina que todas as peças do inquérito policial devem ser reduzidas a escrito ou datilografadas, e, neste caso, rubricadas pela autoridade policial. Este artigo jurídico se propõe a analisar detalhadamente a importância e os aspectos práticos do artigo 9º, explorando seu papel no processo penal, os cuidados necessários para sua aplicação e os desafios enfrentados na prática.

2. Contexto Histórico e Legislativo



2.1 Origem e Evolução do Código de Processo Penal

O Código de Processo Penal brasileiro foi promulgado em 1941, em um contexto histórico marcado pela necessidade de modernização e sistematização das normas processuais penais no país. Inspirado em modelos europeus, especialmente o italiano, o CPP trouxe importantes inovações para o sistema de justiça criminal brasileiro, buscando garantir a eficiência das investigações e a proteção dos direitos fundamentais dos acusados.

Ao longo dos anos, o CPP passou por diversas reformas e atualizações para se adequar às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. A inclusão de dispositivos como o artigo 9º reflete a preocupação do legislador em dotar a autoridade policial de procedimentos claros e eficazes para a condução do inquérito policial, ao mesmo tempo em que se preserva a legalidade e os direitos dos envolvidos.

2.2 A Relevância do Inquérito Policial

O inquérito policial é uma fase preliminar do processo penal, destinada à apuração de infrações penais e à identificação de seus autores. Ele tem natureza inquisitiva e é conduzido pela autoridade policial, sob a supervisão do Ministério Público. O inquérito policial não tem caráter decisório, mas suas conclusões podem subsidiar a denúncia do Ministério Público e influenciar o curso do processo penal.

A documentação e formalização adequada do inquérito policial são essenciais para garantir a legalidade das provas obtidas e a proteção dos direitos fundamentais dos investigados. O artigo 9º do CPP é fundamental para a efetivação desse procedimento, pois estabelece a necessidade de que todas as peças do inquérito sejam reduzidas a escrito ou datilografadas, e rubricadas pela autoridade policial.

3. Análise do Artigo 9º do Código de Processo Penal



3.1 Estrutura e Conteúdo do Artigo 9º

O artigo 9º do CPP está assim redigido:

> *"Art. 9º Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade."*

A redação do artigo é clara e objetiva, mas abrange aspectos essenciais para a condução do inquérito policial. A seguir, analisaremos cada um desses aspectos em detalhes.

3.2 Finalidade do Artigo 9º

A principal finalidade do artigo 9º é assegurar que todas as peças do inquérito policial sejam formalizadas de maneira adequada, garantindo a integridade e a autenticidade dos documentos. A redução das peças a escrito ou datilografadas e a rubrica pela autoridade policial são medidas que visam evitar fraudes, erros e manipulações, além de proporcionar um registro claro e detalhado das diligências realizadas.

3.3 Importância da Documentação Escrita

A documentação escrita das peças do inquérito policial é fundamental para a transparência e a legalidade do processo investigativo. A seguir, destacamos alguns dos principais aspectos relacionados à importância da documentação escrita.

3.3.1 Registro das Diligências

A documentação escrita permite o registro detalhado de todas as diligências realizadas durante o inquérito policial, como depoimentos de testemunhas, interrogatórios de suspeitos, perícias, entre outras. Esse registro é essencial para a reconstrução dos fatos e para a análise das provas obtidas.

3.3.2 Controle e Fiscalização

A formalização escrita das peças do inquérito policial permite o controle e a fiscalização das atividades da autoridade policial por parte do Ministério Público, do Judiciário e da defesa. Isso garante que o inquérito seja conduzido de maneira legal e transparente, evitando abusos e irregularidades.

3.3.3 Preservação das Provas

A documentação escrita das peças do inquérito policial contribui para a preservação das provas obtidas, que podem ser utilizadas no curso do processo penal. A integridade e a autenticidade dos documentos são essenciais para a validade das provas e para a tomada de decisões fundamentadas pelo juiz.

3.4 Rubrica pela Autoridade Policial

A exigência de que as peças datilografadas sejam rubricadas pela autoridade policial é uma medida adicional de segurança e autenticidade. A rubrica atesta que os documentos foram elaborados ou revisados pela autoridade responsável pela condução do inquérito, garantindo sua veracidade e conformidade com a lei.

4. Importância do Artigo 9º no Processo Penal

4.1 Garantia de Legalidade

Um dos principais objetivos do artigo 9º é garantir a legalidade do inquérito policial, assegurando que todas as peças sejam formalizadas de maneira adequada e autêntica. A documentação escrita e a rubrica pela autoridade policial são medidas que evitam fraudes, manipulações e erros, contribuindo para a integridade do processo investigativo.

4.2 Proteção dos Direitos Fundamentais

A formalização adequada das peças do inquérito policial é essencial para a proteção dos direitos fundamentais dos investigados. A documentação escrita permite que a defesa tenha acesso a todas as diligências realizadas e possa contestar eventuais irregularidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

4.3 Transparência e Controle

A documentação escrita e a rubrica pela autoridade policial contribuem para a transparência e o controle das atividades investigativas. A possibilidade de fiscalização por parte do Ministério Público, do Judiciário e da defesa garante que o inquérito seja conduzido de maneira legal e transparente, evitando abusos e irregularidades.

4.4 Eficiência Investigativa

A formalização adequada das peças do inquérito policial também contribui para a eficiência investigativa, permitindo o registro detalhado de todas as diligências realizadas e a preservação das provas obtidas. Isso facilita a análise dos fatos e a tomada de decisões fundamentadas pelo juiz, além de subsidiar a denúncia do Ministério Público.

5. Desafios e Limitações na Aplicação do Artigo 9º

5.1 Capacitação das Autoridades Policiais

Um dos principais desafios na aplicação do artigo 9º é a capacitação das autoridades policiais. É fundamental que os policiais estejam devidamente treinados para realizar a documentação escrita e a rubrica das peças do inquérito de forma correta e conforme os procedimentos legais. A falta de

capacitação pode resultar em erros na documentação, comprometendo a validade das provas e a legalidade do inquérito.

5.2 Recursos e Infraestrutura

Outro desafio significativo é a disponibilidade de recursos e infraestrutura adequados para a condução do inquérito policial. A falta de equipamentos, tecnologia e pessoal qualificado pode dificultar a documentação escrita das peças do inquérito e a sua rubrica pela autoridade policial. Investimentos em infraestrutura e tecnologia são essenciais para superar essas limitações e garantir a eficiência investigativa.

5.3 Volume de Trabalho

O elevado volume de trabalho enfrentado pelas autoridades policiais também pode ser um obstáculo na aplicação do artigo 9º. A sobrecarga de investigações e a necessidade de atender a múltiplas demandas simultaneamente podem comprometer a qualidade da documentação e a observância dos procedimentos legais. A gestão eficiente do tempo e dos recursos disponíveis é crucial para garantir a conformidade com o artigo 9º.

5.4 Resistência e Cultura Organizacional

Em algumas situações, pode haver resistência por parte das autoridades policiais em adotar as normas estabelecidas pelo artigo 9º, devido a uma cultura organizacional que privilegia práticas informais ou arbitrárias. A mudança dessa cultura requer um esforço contínuo de sensibilização e conscientização, além de mecanismos de controle e fiscalização eficazes.

5.5 Desafios Tecnológicos

Embora a tecnologia possa facilitar a documentação e a

transparência dos procedimentos de inquérito policial, também apresenta desafios, como a necessidade de garantir a segurança e a integridade dos registros eletrônicos. A adoção de tecnologias avançadas deve ser acompanhada de medidas de segurança cibernética e capacitação dos profissionais envolvidos.

6. Estudos de Caso e Exemplos Práticos

6.1 Casos Notórios

A análise de casos notórios em que a documentação adequada do inquérito policial desempenhou um papel crucial pode ilustrar a importância do artigo 9º. Em muitos casos, a observância dessas normas foi determinante para a legalidade das provas obtidas e a proteção dos direitos dos investigados. Exemplos incluem investigações de crimes de grande repercussão midiática, como homicídios, corrupção e tráfico de drogas.

6.2 Impacto na Jurisprudência

A aplicação do artigo 9º do CPP e os resultados obtidos através da observância das normas processuais penais também têm impacto na jurisprudência. Decisões judiciais que reconhecem a validade e a importância dessas normas contribuem para consolidar sua utilização e orientar futuras investigações e inquéritos policiais. A análise de precedentes pode fornecer insights valiosos sobre a interpretação e a aplicação do artigo 9º.

7. Conclusão



O artigo 9º do Código de Processo Penal brasileiro desempenha um papel fundamental na condução do inquérito policial, assegurando a legalidade e a adequação dos procedimentos investigativos. Ao determinar que todas as peças do inquérito sejam reduzidas a escrito ou datilografadas e rubricadas pela autoridade policial, o artigo 9º garante a integridade e a autenticidade dos documentos, contribuindo para a transparência e o controle das atividades investigativas.

A observância dessas normas é essencial para a proteção dos direitos fundamentais dos investigados, a preservação das provas obtidas e a eficiência investigativa. No entanto, a aplicação do artigo 9º enfrenta desafios e limitações que exigem atenção e investimentos contínuos em capacitação, infraestrutura, tecnologia e mudança cultural.

A compreensão aprofundada do artigo 9º e de suas implicações é essencial para a formação de profissionais do direito e para o aprimoramento das práticas investigativas. Ao garantir que as peças do inquérito policial sejam formalizadas de maneira responsável e eficaz, o sistema de justiça criminal brasileiro pode fortalecer sua capacidade de elucidar crimes e promover a justiça, além de reforçar a confiança da sociedade nas

instituições de justiça.

FAQ – Perguntas Frequentes sobre o Artigo 9º do Código de Processo Penal

1. O que é o artigo 9º do Código de Processo Penal?

O artigo 9º do Código de Processo Penal brasileiro estabelece que todas as peças do inquérito policial devem ser reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade policial. Este artigo visa garantir a integridade e a autenticidade dos documentos produzidos durante a investigação.

2. Qual é a finalidade do artigo 9º?

A principal finalidade do artigo 9º é assegurar que todas as peças do inquérito policial sejam formalizadas de maneira adequada, garantindo a legalidade das provas obtidas e a proteção dos direitos fundamentais dos investigados. A documentação escrita e a rubrica pela autoridade policial evitam fraudes, erros e manipulações.

3. Por que a documentação escrita é importante no inquérito policial?

A documentação escrita é importante porque permite o registro detalhado de todas as diligências realizadas durante o inquérito policial, facilita o controle e a fiscalização das atividades da autoridade policial, e contribui para a preservação das provas obtidas, que podem ser utilizadas no curso do processo penal.

4. O que significa a rubrica pela autoridade policial?

A rubrica pela autoridade policial significa que as peças datilografadas do inquérito foram elaboradas ou revisadas pela autoridade responsável pela condução da investigação. A rubrica atesta a veracidade e a conformidade dos documentos com a lei, garantindo sua autenticidade.

5. Quais são os desafios na aplicação do artigo 9º do CPP?

Os desafios na aplicação do artigo 9º incluem a capacitação das autoridades policiais, a disponibilidade de recursos e infraestrutura adequados, o elevado volume de trabalho, a resistência e a cultura organizacional que privilegia práticas informais ou arbitrárias, e os desafios tecnológicos relacionados à segurança e integridade dos registros eletrônicos.

6. Como a tecnologia pode ajudar na aplicação do artigo 9º?

A tecnologia pode ajudar na aplicação do artigo 9º ao facilitar a documentação e a transparência dos procedimentos de inquérito policial, como a digitalização das peças do inquérito e a comunicação imediata às autoridades competentes. No entanto, é necessário garantir a segurança e a integridade dos registros eletrônicos.

7. Qual é o impacto da aplicação do artigo 9º na jurisprudência?

A aplicação do artigo 9º do CPP e os resultados obtidos através da observância das normas processuais penais têm impacto na jurisprudência, consolidando sua utilização e orientando futuras investigações e inquéritos policiais.

Decisões judiciais que reconhecem a validade e a importância dessas normas contribuem para a interpretação e a aplicação do artigo 9º.